

“Radicalizando a reforma”: nova coletânea traduz as análises e intuições da teologia da reforma protestante para o século XXI

Resumo

Resenha coletiva de quatro volumes¹ da Coletânea *Die Reformation radikalisieren* (Radicalizando a Reforma), composta pelos livros Ulrich Duchrow; Carsten Jochum-Bortfeld (orgs.). *Befreiung zur Gerechtigkeit / Liberation towards justice*. Berlim: LIT, 2015. 261 p. (Coletânea *Die Reformation radikalisieren*, vol. 1). ISBN 9783643128539; Ulrich Duchrow; Hans G. Ulrich (orgs.). *Befreiung vom Mammon. / Liberation from mammon*. Berlim: LIT, 2015. 269 p. (Coletânea *Die Reformation radikalisieren*, vol. 2). ISBN 9783643128478; Ulrich Duchrow; Craig L. Nesson (orgs.). *Befreiung von Gewalt zum Leben in Frieden. / Liberation from violence for life in peace*. Berlim: LIT, 2015. 357 p. (Coletânea *Die Reformation radikalisieren*, vol. 4). ISBN 9783643129741; Ulrich Duchrow; Carsten Jochum-Bortfeld. *Kirche: befreit zu Widerstand und Transformation / Church: liberated for resistance and transformation*. Berlim: LIT, 2015. 261 p. (Coletânea *Die Reformation radikalisieren*, vol. 5). ISBN 9783643129758.

As partes em comum dos volumes: Introdução e 94 teses

Os cinco volumes da coletânea têm um recorte global e apresentam capítulos de autores/as de quase todos os continentes,² sendo que cerca de um terço dos capítulos foi escrito por mulheres. No seu início, cada um dos cinco volumes contém 59 páginas divididas em uma “Introdução à coletânea” e um conjunto de 94 [novas] teses (“Radicalizando a Reforma – desafiada

¹ A coletânea é composta por cinco volumes. Não se tinha acesso ao volume 3 da coletânea, editado por Ulrich Duchrow e Martin Hoffmann (2015), com contribuições de Daniel Beros, Martin Hofmann, Samuel Torvend, Timothy Torringe, Maake J. Masango, Silfredo Bernardo Dalferth, Peter Goodwin Heltzel, Martin Hofmann, Sturla J. Stålsett e Edelbert Richter. Os resumos dos capítulos podem ser consultados na própria página *Reformation radikalisieren / Radicalizing reformation*. Disponível em: <<http://www.radicalizing-reformation.com/index.php/en/publications/147-volume-3-politics-and-economy-of-liberation.html>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

² Falta a Oceania. Vem um texto da África e da Ásia, respectivamente; da Europa, 10; das Américas 13, destes, um da América Central e quatro do Brasil.

pela Bíblia e pela crise”) em alemão e inglês.³ As traduções das teses para outras línguas estão em preparação.⁴

Na “Introdução à coletânea” o leitor familiariza-se com o projeto como um todo e sua dupla perspectiva: a partir de uma leitura sócio-histórica da Bíblia e da experiência da atual crise generalizada, que ameaça a vida em suas múltiplas dimensões em todos os continentes, pretende-se revisitar a Reforma protestante e o seu impacto na História para articular novos horizontes diante de um projeto civilizatório que se encontra, segundo os/as autores/as, num beco sem saída. Propõe-se a estudar o tema a partir de oito “Dimensões necessárias da pergunta atual a respeito da Reforma” (A relação entre a Reforma [Protestante] e (1) a crise atual (2), a cultura e sociedade, (3) a modernidade, (4) o capitalismo imperial, o utilitarismo científico e as técnicas de uma mentalidade individualista e calculadora, (5) e os movimentos de emancipação oriundos da modernidade, (6) a integridade de outras religiões e culturas, (7) a promoção da vida [racionalidade reprodutiva] e uma leitura bíblica que aplica o critério da libertação para a justiça mediante uma precisão sócio-histórica e (8) sua própria participação ou não nos processos de libertação). Os/as autores seguem essas delimitações ou recortes em todos os volumes aqui tratados. Pergunto-me, porém, se uma das chaves de leitura do impacto positivo e negativo da Reforma na História não deveria partir mais da clássica sensibilidade e noção da teologia luterana para as ambiguidades e prováveis contradições de motivações e realizações humanas. Ser um sujeito/agente e ser individualista, promover a cooperação ou o cooperativismo, ter consciência cultural e política ou embarcar no etnocentrismo, no classicismo ou no nacionalismo, defender a liberdade de ou a liberdade para, talvez isso tudo não esteja tão diferente um do outro na origem. Se esse for o caso, deveria fazer parte da reflexão.

As 94 teses – não 95 – são organizadas ao redor de sete textos de quatro livros bíblicos,⁵ partindo de uma tradução memorável de “Reino de Deus” segundo Marcos 1.14 (vol. 1, p. 25 e 47): “Mude, o mundo justo de Deus está próximo”.⁶ Entretanto, essa ênfase bíblica não é aplicada de forma tão

³ As teses estão também gratuitamente disponíveis na página de internet *Reformation radikalisieren / Radicalizing reformation* em inglês (Cf. “94 Teses”. In: Radicalizing reformation. Disponível em: <<http://www.radicalizing-reformation.com/index.php/en/thesen.html>>. Acesso em: 20 jun. 2016 e alemão (“94 Thesen”. In: Reformation radikalisieren. <<http://www.radicalizing-reformation.com/index.php/de/thesen.html>> . Acesso em: 20 jun. 2016).

⁴ Uma versão em língua portuguesa, elaborada por Lauri Emilio Wirth, faz parte desta edição da revista *Estudos da Religião* (vol. 30, n. 2, 2016).

⁵ Gl 5.1: as teses 1 a 4; Mt 6.24: as teses 5 a 23; 1Co 1.18: as teses 24-32; 2Co 5.17: as teses 33 a 46; Mt 5.9: as teses 47 a 57; Gl 6.2: 58 a 76; Gl 6.2: 77 a 94.

⁶ “Kehrt um, die gerechte Welt Gottes ist Nahe” / “Return, the just world of God has come near”.

consequente como a introdução sugere.⁷ A tendência para traduções novas encontra-se também em dois títulos com base em Gálatas 5.1 (“Para a libertação Cristo nos libertou”⁸ – em vez de “liberdade”) e 2Coríntios 5.17 (“Veja, algo novo acresceu-se ao mundo”⁹ – em vez de “nova criatura” ou “nova criação”). Somente o conteúdo dessas teses justificaria uma só resenha. Apontamos, então, apenas alguns aspectos.

Harmatia em Paulo é vista em sua grande parte como sistêmica e não individual (tese 2) e a proposta de mudança de governo é vista em termos sociais (tese 3), o que leva ao projeto “de viver concretamente como seres humanos libertos” (p. 26). Segue uma crítica do sistema capitalista (teses 7) e suas tendências de crescimento ilimitado (tese 9) e privatização (tese 8 e 11), para partir, posteriormente, para uma reflexão a respeito de dívidas e do seu perdão (12 a 14). Segue uma apologia da diferença e da igualdade (teses 15 e 17). As teses referentes à Teologia da Cruz (teses 24 a 32) finalizam de forma feliz com a afirmação: “A doutrina da Reforma da justificação precisa ser liberta do seu encapsulamento no individualismo possessivo ocidental e no quietismo político” (vol. 1, p. 33). Seu formato geral, entretanto, sinaliza também a fragilidade da tese: fala-se aqui de Lutero e/ou de Zwinglio/Calvino ou de sua interpretação de qual século ou de qual vertente?

Peculiar também é a referência a Bonhoeffer como resumo da tese 31. Para fazer sentido, o “só” (*nur*) deve referir-se a pessoas de fé sem delimitação a uma única religião. O “evangelho cristão” (tese 33) é interpretado de forma radicalmente inclusiva; mas a função do ato ou da resposta da fé (tese 34) fica obscura. A inclusão das crianças como futuras gerações (tese 43) e sua vulnerabilidade cabe bem em seu contexto; já o tema de sua opressão (tese 45), menos. Se for o caso, por que somente crianças? Os temas da construção de uma cultura da paz (teses 47 a 57), de uma comunhão solidária em busca do bem comum e da justiça (teses 58 a 76) e de uma nova liberdade (teses 77 a 94) são bastante pertinentes dentro do propósito e constituem importantes questionamentos e projeções. Contudo, algumas vezes, esperava-se um pouco mais de construção em vez de desconstrução. Diante das teses 85 e 93 – “Em vez de se concentrar em uma piedade individual, [a igreja] deve enfatizar em termos comunitários e eclesiais quanto à resistência e à mudança social. “Hoje, como no passado, pessoas podem ser piedosas. Todavia, esta piedade expressa-se, muitas vezes, em formas inadequadas...” – pergunto se seria su-

⁷ Quarenta e sete teses não contêm qualquer referência bíblica e, nos outros casos, há teses que citam textos bíblicos como títulos próprios (cf. as teses 7, 15, 16, 17, 20, 22 e 23). Parece que culturas de edição não foram plenamente niveladas.

⁸ “Zur Befreiung hat uns Christus befreit” / “For liberation the Messiah has liberated us” (vol. 1, p. 25 e 48).

⁹ “Seht, Neues kam zur Welt” / “See everything, has become new” (vol. 1, p. 33 e 55).

ficiente saber qual piedade não se deseja. É igualmente necessário projetar uma piedade que sustenta sujeitos que vivem em comunidades que acolhem o diferente e promovem paz, justiça e liberdade. A teologia da hospitalidade seria uma dessas propostas. Um comentário à parte: as teses 5, 25 e 46 são acompanhadas de imagens emblemáticas. Elas são muito interessantes, mas abrem conversas além do texto. Dessa forma, a relação entre texto e imagem não fica clara. Não se trata de meras ilustrações, mas de fortes narrativas próprias.

Depois disso, cada volume possui uma introdução específica, às vezes em alemão (volumes 1 e 2); outras, em inglês (volumes 4 e 5). Em outros termos, não ocorreu tradução para a língua portuguesa. Na sua maioria, o restante dos capítulos foi escrito, sobretudo, em alemão, e parcialmente em inglês. No entanto, todos vêm acompanhados por um resumo ou em inglês ou em alemão.

A edição segue o padrão das publicações da editora LIT: a encadernação é sólida e, a letra, bem legível.

Libertação para a justiça

O primeiro volume contém contribuições de Brigitte Kahl, Marlene Crüsemann, Carsten Jochum-Bortfeld, Frank Hinkelammert, Ton Vertekamp, Lauri Wirth¹⁰ e Cynthia D. Moe-Lobeda e dá o tom de abertura a todos os demais volumes.

Conforme o título já indica, o volume foca mais nos resultados da justificação em Cristo mediante a fé do que em suas origens e suas possíveis limitações ou ambiguidades. Para tanto, revisitam-se textos bíblicos e conceitos-chave dessa tradição. A introdução ressalta o contexto conflitante da Reforma, que resultou em uma codificação ambígua da sua mensagem ao redor dos termos “lei” e “evangelho”. A práxis da justiça foi desmotivada pelas distinções entre a esfera da igreja e da sociedade, e a liberdade e a justificação tornaram-se assuntos pertinentes ao interior do ser humano em busca da superação da sua distância de Deus. Essa superação ia passar pela recuperação da compreensão veterotestamentária da justiça como uma ação que promove justiça, e neotestamentária da justificação como justiça libertadora de Deus capaz de responder aos desafios reais de cada época.

Nesse sentido, Brigitte Kahl e Marlene Crüsemann revisitam textos-chave bíblicos para a teologia da Reforma e interpretam a teologia paulina a partir de seu contexto no Império Romano. Brigitte Kahl lembra, baseada em Gálatas 3.26-28, que nem no conflito com os missionários de Jerusalém Paulo perde de vista a perspectiva da superação dos diversos legalismos em

¹⁰ Este capítulo está também disponível *on-line* em língua portuguesa. Confira Lauri Emilio Wirth (2015b, s. p.).

prol (judaico e imperial) de uma convivência solidária, em que a alteridade não é mais impedimento de comunhão solidária. Marlene Crüsemann interpreta Romanos 3.28 a partir de 8.4, e defende a importância da Torá na teologia paulina e sua ênfase na promoção da justiça. A ressurreição, sinal da justificação incondicional em Cristo, liberta pelo Espírito para a promoção da justificação. Carsten Jochum-Bortfeld discute o entendimento na teologia luterana que a noção pessoal de pecaminosidade precederia qualquer experiência da graça divina, e contrasta essa posição com relatos bíblicos de experiências comunitárias que se apresentam como experiências genuínas da presença de Deus. Frank Hinkelammert relê a modernidade como estando fundamentada em um legalismo absoluto, e Anselmo (dívidas precisam ser pagas), um de seus precursores. A promoção do evangelho como superação da lógica da lei deve também hoje identificar e desconstruir os mecanismos que oprimem as pessoas. Ton Vertekamp procura desfazer as forças centrífugas do binômio lei-evangelho referentemente à relação dos dois testamentos e procura sedimentar sua unidade a partir de uma reflexão trinitária da unidade de Deus. Enfim, sedimenta novamente a unidade entre justiça e justificação. Lauri Wirth discute a compreensão da busca de justiça e da justificação e apresenta Las Casas e Lutero como dois acusadores da falta de justiça e defensores de pessoas que se tornaram vítimas na nova ordem social em ascensão. Wirth é também o único que se refere à Reforma católica como outro grande projeto de reforma da época, inclusive numa abordagem da sua valorização. Cynthia D. Moe-Lobeda traduz “justificação” em “relações justas” para com Deus e o próximo e lembra que Lutero não somente promoveu atos de solidariedade, mas também desafiou os aspectos injustos do sistema mercantil. Vistos em conjunto, todos os textos formam um argumento transdisciplinar para ancorar mais fortemente o projeto da promoção da justiça no projeto da Reforma protestante em sua vertente luterana. Pode-se perguntar se algumas dessas conclusões não ocorrem com mais facilidade e mais tradição na tradição calvinista¹¹ ou até também metodista.¹²

Libertação do mamom

O segundo volume contém contribuições de Luise Schottroff, Frank Crüsemann, Rainer Kessler, Ulrich Duchrow, Daniel C. Beres, Hans G. Ul-

¹¹ Em primeiro lugar, certamente, Jürgen Moltmann.

¹² Em termos bíblicos, certamente Elza Tamez (1991). Em termos eclesiais, deve-se lembrar do Social Creed de 1908. Numa abordagem teológica, porém de forma mais clássica, Walter Klaiber (2000, 2003), que também redigiu junto a Geoffrey Wainwright o *Methodist Statement of Association with the Joint Declaration on the Doctrine of Justification* (2006). Próximo aos/às autores/as dessa coletânea são Walter Wink (1984, 1986, 1987, 1992, 1998, 1999), Theodore W. Jennings, Jr. (2009) e Joerg Rieger (2013, 2015).

rich, Kenneth Mtata e Karin Ulrich-Eschemann. Em busca daquela força ou daquele impulso central de renovação (p. 71) que a Reforma supostamente articulava, esse volume discute o impacto dessa tradição em termos antropológicos a partir da relação entre o ser humano e o dinheiro ou uma economia monetária. Luise Schottroff dedica-se à tirania do pecado explorando as expressões “o pecado como governante do mundo”, “a existência escrava sob o pecado” e “o pecado como demônio”. Frank Crüsemann explora um assunto essencial a todo processo de libertação e bastante sensível para a teologia luterana: a relação entre a ação divina e humana segundo o exemplo do Êxodo. Rainer Kessler distingue comportamentos individuais negligentes e desenvolvimentos institucionais errôneos a partir de uma leitura dos reflexos de uma economia monetária no livro *Cobelet*, sua leitura de Lutero e sua leitura hoje. Ulrich Duchrow articula a relação entre o desenvolvimento da economia privada moderna, com ênfase na propriedade privada e os enfoques do indivíduo em Agostinho e, especialmente, em Anselmo e sua ênfase na ideia de que a ordem básica do mundo se reduz à afirmação que dívidas precisam ser pagas. Em oposição a isso, cita a crítica de Lutero do indivíduo que calcula sua salvação e de uma igreja que lucra com isso. Finalmente, analisa a queda do ser humano, em particular quanto ao seu individualismo. Daniel C. Beros parte da sua interpretação da “estranha justiça da cruz” como “fronteira libertadora”. Ele relaciona isso com as práticas políticas a partir do conhecido método ver – julgar – agir. Em “Tornar-se ser humano como sujeito de Deus”, Hans G. Ulrich apresenta a Reforma como libertação na justiça de Deus, como libertação pela Palavra de Deus, que destrona as ideologias e a libertação da lei como libertação de determinantes ou dispositivos criados pelo ser humano que levam à libertação da percepção do outro e à libertação para a justiça. Já Kenneth Mtata e Karin Ulrich-Eschemann dedicam-se a uma teologia a partir e a favor da criança. Para Mtata, essa abordagem contribuiu para um reagrupamento da antropologia teológica africana e para Karin Ulrich-Eschemann, a existência da criança torna-se um paradigma para todos os seres humanos.

Libertação da violência para a vida em paz

O quarto volume contém contribuições de Craig L. Nesson, Charles Amjad-Ali, Jaime Adrián Prieto Valladares, Antonio González Fernández, Karl Koop, Claudete Beise Ulrich, Klara Butting, Santhosh J. Sahadoss e Paulo S. Chung. Na introdução, Craig L. Nesson afirma que há um crescente consenso entre pesquisadores/as progressivos/as relacionado com as causas da atual crise com sua violência contra pessoas e o ecossistema como um todo: a injustiça econômica, a exploração do ecossistema, as permanentes

guerras e a instrumentalização da religião, que precisam ser superadas em conjunto. Em “Libertação da violência para a vida e paz”, cruzam-se aspectos soteriológicos (reconciliação como superação da inimizade humana pela amizade divina) e éticos. Em seu capítulo, Craig L. Nessan procura lidar com a forma como Lutero se referiu a camponeses, anabatistas e judeus e seu pensamento binário em relação aos supostos inimigos (do evangelho). Na mesma direção caminha Charles Amjad-Ali, quando inclui na conversa o tratamento aos muçulmanos nos textos de Lutero. Depois do intenso trabalho da teologia protestante sobre as causas do Holocausto, deve-se aplicar a mesma dinâmica ao Islã. Jaime Adrián Prieto Valladares introduz no pensamento de Thomas Müntzer e Hans Hut seu profundo vínculo e conhecimento a respeito das teologias místicas de Hildegard von Bingen, Metchhild von Hackeborn, Mestre Eckhardt, Johannes Tauler e Heinrich Suese e sua ampla compreensão de Marcos 16.15: a pregação do evangelho para toda criatura deve incluir plantas, animais, nações, culturas, religiões, o ser humano comum e mulheres em uma atitude de valorização. A reforma radical inspira-se na mística radical, mas não somente fora da religião estabelecida, mas em oposição a ela. Depois dessa investigação da militância cristã, Antonio González Fernández introduz a questão do pacifismo cristão. Ele parte da distinção scheleriana entre ética de sucesso e convicção (*Gesinnungsethik*) e a ética de responsabilidade de Max Weber para defender que alguns aspectos da proposta de Scheler deveriam ser revisitados, entre eles, a responsabilidade para pensar alternativas para a antecipação e a pluralidade. Karl Koop parte do conceito do encantamento e argumenta que abordagens pré-modernas do mundo natural, por exemplo, da sua sacralidade ou santidade, podem ser essenciais para superar a crise ecológica. Claudete Beise Ulrich aproxima-se do tema a partir das experiências dos povos indígenas andinos e sua compreensão de viver bem em harmonia com a criação. O texto de Klara Butting dedica-se à relação entre espiritualidade e vida. Ela explora a metáfora do messias rei (e não messias profeta), seu corpo e sua imagem que teria colaborado para se entender a comunidade como corpo de Cristo. Visto assim, messianismo não se refere à vinda de alguém para a História, mas à capacidade dos seres humanos de enfrentar, juntos, o sofrimento. Santhosh J. Sahadoss analisa o impacto da globalização nas pessoas comuns e desenvolve certa apologia em defesa do trato dessas pessoas por Lutero. Paulo S. Chung discute Lutero na perspectiva da teologia Minjung e alega a necessidade de focar a soteriologia na compaixão de Deus, na dinâmica da enculturação e em uma Teologia da Cruz vista na perspectiva da teologia da criação como uma teologia da solidariedade.

Igreja: liberta para a resistência e transformação

O quinto volume contém contribuições de Marlene Crüsemann, Martin N. Dreher, Uta André, Walter Altmann, Fernando Ens, Wanda Deifelt, Vitor Westhelle, Karen L. Blomquist e Leonardo Boff e se dedica aos desafios de uma eclesiologia luterana contemporânea com uma discussão muito rica e diversificada, especialmente, da Teologia da Cruz ontem e hoje, além de tratar do tema da pneumatologia em dois textos.

A introdução destaca quais itens devem ser revisitados: a Teologia da Cruz, o sacerdócio universal, a doutrina dos dois reinos e o papel de empoderamento do Espírito Santo, a partir de novos diálogos ecumênicos com igrejas da santidade e pentecostais. Vê-se o desafio de desenvolver uma eclesiologia mais livre das estruturas eclesiais estabelecidas e das medidas neoliberais de progresso ou crescimento. Em seguida, Marlene Crüsemann desenvolve uma interpretação de 2Coríntios que serve como modelo de uma comunidade de resistência, em que se destacam a qualidade dos relacionamentos e a luta pela unidade na diversidade, uma “conexidade de consolo” (*Trostverbundsystem*).¹³ Com um interesse muito especial, abre o texto de Martin N. Dreher a respeito da Teologia da Cruz no contexto da Teologia da Libertação pela simples razão que conhecemos muito bem esse fenômeno justamente no Brasil: no metodismo brasileiro, a Teologia da Cruz, especialmente em sua interpretação do século XIX da reconciliação da superação da inimizade humana pela amizade divina, era o *cantus firmus* das suas vertentes progressivas desde 1888 com relevância documental justamente até 1970 (3ª versão do Credo Social metodista brasileiro).¹⁴

Quando Richard Shaull abordou, em 1966, no CMI, a revolução (p. 66), desde 1962, especialmente entre presbiterianos e metodistas (e, pontualmente, luteranos), ele já tinha seguidores e colaboradores que vinham do social gospel. Infelizmente, Dreher não se refere a essa parte da história não luterana da Teologia da Cruz na América Latina. Uta André mostra como o

¹³ Na tradição metodista, o também chamado *Verbundsystem* ou conexão é o fundamento de uma igreja fraternal, democrática e acolhedora.

¹⁴ Quanto à sua afirmação em relação à teologia arminiana (enquanto não luterana), desejaria um discernimento maior. Que a teologia evangelical alemã e luterana estadunidense da Igreja Luterana Missouri é tendenciosamente arminiana, é correto. Que houve um esforço significativo por parte dos EUA de influenciar as igrejas do chamado protestantismo da missão (presbiterianas, metodistas, batistas) para assumirem um discurso da direita, está igualmente correto (ambos p. 97). Entretanto, que a teologia arminiana se fecha *per se* com essas tendências é profundamente errado. Eram os metodistas episcopais que criaram, em 1908, um Credo Social, que logo tornou-se um texto-chave do Conselho Federal das Igrejas Cristãs dos EUA. E que foi introduzido no Brasil em 1918. Eram os presbiterianos e metodistas que promoveram no Brasil o Evangelho Social desde 1910.

tema da Teologia da Cruz e o pentecostalismo se encontram na teologia de Amos Yong.¹⁵ Uma importante contribuição que pode ajudar a abrir novos diálogos na América Latina. Walter Altmann une aspectos centrais em relação às origens e ênfases da pneumatologia segundo Lutero, seus conflitos com Karlstadt e Müntzer, mas alerta que qualquer analogia com o movimento pentecostal atual seja inoportuna. Fernando Ens, menonita nascido no Brasil, sistematiza a Teologia da Cruz sob a perspectiva do papel da violência na lógica salvífica na perspectiva menonita como igreja da paz.¹⁶ Wanda Deifelt introduz na sua discussão da teoria dos dois reinos de Lutero o conceito da cidadania “heterotópica” de Michel Foucault e a afirmação de Enrique Dussel que não haja ética sem considerar o outro cultural, social e economicamente “outro”. Vitor Westhelle explora o sacerdócio universal em seu texto com o título emblemático “a igreja de Adão” em perspectiva macro e microecumênica. Karen L. Blomquist reflete sobre uma eclesiologia subversiva e se refere a práticas de ler (ver) o mundo, usar a memória na análise ou no julgamento e fazer as necessárias conexões para impactar.¹⁷ Ver, lembrar e conectar[-se] são desenvolvidos como práticas subversivas que desafiam o *status quo*. A última palavra, não somente do livro, mas da coletânea como um todo, é reservada a Leonardo Boff. Um gesto fino e elegante dos/as editores/as, ao qual o próprio texto responde duplamente. Primeiro, Boff reafirma, em 2015, uma leitura libertadora do papel do protestantismo (não luterano) na América Latina originalmente escrita em 1987, para depois dialogar com a *Libertação do cativo babilônico* e *Da liberdade de um cristão* de Lutero. Além disso, tem o texto original um adendo de 2015 que faz referência ao papa Francisco, afirmando que ele seja um papa da Reforma. Com outras palavras, 500 anos depois do seu início, a própria Reforma protestante acaba sendo considerada um tipo de modelo para a própria Igreja Católica. Nada mau.

¹⁵ Outro nome interessante seria o pentecostal Miroslav Volf (1996). Ele apresenta uma Teologia da Cruz dentro dos parâmetros da superação da inimidade humana pela amizade divina. Fernando Ens (p. 151) faz referência a ele, com uma crítica contundente.

¹⁶ Ens parece não conhecer Theodore W. Jennings, Jr. (2009). A teoria da satisfação reflete certamente uma compreensão da igreja depois da virada de Constantino (p. 149), mais ainda, porém, a lógica feudal. Surpreendentemente, além de mencionar a relação entre Abelard e Schleiermacher, não se refere à Albrecht Ritschl e não menciona a discussão paralela ocorrida nos EUA, especialmente, promovida pelo metodista John Miley. Supomos que Miley talvez seja, entre as igrejas da missão e suas missões na América Latina, o teólogo mais influente dessa nova Teologia da Cruz do século XIX, mais do que Schleiermacher ou Ritschl.

¹⁷ O que lembra o método ver – julgar – agir [- celebrar].

Considerações finais

A coletânea une importantes nomes daqueles/as biblistas, teólogos/as e historiadores/as luteranos/as que simpatizam com um tipo de Teologia da Libertação ou com a teologia política. Suas releituras de textos e temas-chave da teologia servem como exemplo de contemporização de uma tradição. Os textos correspondem à promessa que o termo “radicalizando” traz, tanto no sentido de revisitar os fundamentos da confissão luterana como no de explorar suas fronteiras na atualidade.

Quem promove uma nova reforma, querendo radicalizá-la, faz teologia na fronteira entre instituição religiosa e sociedade, entre academia e comunidade da fé. Isso não é fácil porque, muitas vezes, se encontra em uma posição com relativo pouco poder institucional, por viver tanto nas margens das instituições religiosas às quais ele ou ela pertence, como muitas vezes, nas margens do mundo acadêmico. O que resta é a força da palavra, das ideias e do argumento que se tem. Isso parece pouco em termos gerais; porém, muito, quanto à reforma, que também avançou conquistando seu espaço na história por um novo discurso.

Enquanto as 94 teses exploram mais as fronteiras e articulam os desafios, os textos dedicam-se, às vezes, mais à desconstrução de certos aspectos da teologia luterana do que da sua nova construção. Neste debate, se revisita mais Lutero – e sua obra ampla e não sistematizada – do que os textos confessionais luteranos clássicos, até mesmo os textos mais recentes, como a “Declaração Conjunta sobre a Justificação pela Fé” de 1988. Uma releitura de uma teologia confessional com a pretensão de mover algo além do debate acadêmico requer uma leitura sistemática dos seus textos confessionais fundantes e das suas subsequentes declarações.

A intuição da ambiguidade humana, em tudo que o ser humano pensa, pronuncia e se faz, parece-me uma das grandes contribuições da teologia luterana. Ela representa um freio ao entusiasmo descolado do cotidiano e da realidade. Diversos textos comprovam que essa intuição confessional mostrou-se ao longo do tempo também como desculpa inadequada para não se envolver, algo correspondente à graça barata, e como um impedimento de reformas necessárias e desejáveis em igrejas e sociedades. Mesmo assim, dependendo do ambiente, a confusão do Reino de Deus como projetos políticos – tanto da esquerda como da direita – representa um impedimento real à promoção de paz e justiça para a qual essa intuição nos sensibiliza.

Em diversos momentos, criticam-se, com toda razão, a privatização da fé e um projeto de igreja correspondente. Entretanto, não se explora suficientemente que perfil uma comunidade de resistência, de acolhida e de formação deveria possuir para produzir em conjunto os sujeitos capazes de promover

o projeto entendido. O cotidiano do processo de radicalizar a Reforma se dará em comunidades, cooperativas e companhias que traduzem a teologia da reconciliação em práticas de hospitalidade que acolhem o outro diferente e em redes capazes de valorizar aspectos locais e globais.

Fala-se, em várias ocasiões, da necessidade de uma nova Reforma, mas, nunca de outras Reformas (Reforma Católica, Reforma Anglicana) e sem inclusão explícita da vertente calvinista. Fica a impressão que a Reforma protestante constitui, em primeiro lugar, um fenômeno luterano. Isso parece-me nem no interesse da coletânea nem da pretendida reforma em si. Aliás, em diversos momentos da História, justamente menonitas, calvinistas, anglicanos/as e metodistas radicalizaram mais os fundamentos da Reforma do que os/as próprios/as luteranos/as.

Entretanto, justamente às margens da Igreja Luterana, surgiu esta coletânea rica que merece a atenção de todos aqueles que procuram imaginar e pensar o papel das igrejas em busca de um mundo melhor possível. Por essa razão, seria muito desejável ter, além das 94 teses, uma tradução dessa coletânea para o espanhol e para o português.

Referências

CONSELHO MUNDIAL METODISTA. “The World Methodist Council Statement of association with the Joint Declaration on the Doctrine of Justification.” In: **Página do Vaticano**. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/chrstuni/meth-council-docs/rc_pc_chrstuni_doc_20060723_text-association_en.html>. Acesso em: 20 jun. 2016.

DUCHROW, Ulrich; HOFFMANN, Martin (orgs.). **Politik und Ökonomie der Befreiung / Politics and economy of liberation**, Berlim: LIT, 2015, 322p. ISBN 978-3-643-12973-4 (Coletânea Die Reformation radikalisieren, vol. 3).

JENNINGS, JR., Theodore W. **Atonement: a political theology of the cross**, Minneapolis: Fortress. Press, 2009, p. x + 265.

KLÄIBER, Walter; THÖNISSEN, Wolfgang (orgs.); **Rechtfertigung in freikirchlicher und römisch-katholischer Sicht**. Paderborn: Bonifatius, 2003.

_____. **Gerecht vor Gott**. Rechtfertigung in der Bibel und heute. Göttingen, 2000, 206 p.

RIEGER, Joerg. **Faith on the road: a short theology of travel and justice**. IVP Academic; Revised edition, 2015.

_____. (org.). **Religion, theology, and class: fresh engagements after long silence**, New York, NY: Palgrave Macmillan, 2013.

TAMEZ, Elsa. **The amnesty of grace: justification by faith from a Latin American perspective**. Translation Sharon H. Ringe. Abingdon Press, 1991.

VOLF, Miroslav. **Exclusion and embrace:** A theological exploration of identity, otherness, and reconciliation, Nashville, TN: Abingdon, 1996.

WINK, Walter. **Engaging the Powers:** Discernment and Resistance in a World of Domination, Minneapolis: Fortress Press, 1992.

_____. **Naming the Powers:** The Language of Power in the New Testament, Philadelphia: Fortress Press, 1984.

_____. **The Powers That Be:** Theology for a new millennium, New York: Doubleday, 1999.

_____. **Unmasking the Powers:** The Invisible Forces That Determine Human Existence, Philadelphia: Fortress Press, 1986.

_____. **Violence and nonviolence in South Africa,** Philadelphia: New Society Publishers, 1987 [new edition: *Jesus and nonviolence: A Third Way.* Philadelphia: Augsburg Fortress, 2003].

_____. **When the powers fall:** reconciliation in the healing of nations, Minneapolis: Fortress Press, 1998.

WIRTH, Lauri Emilio. “Martinho Lutero, Bartolomeo de Las Casas e a fé dos Outros.” In: **Reformation radikalisieren / Radicalizing reformation,** 2015b. Disponível em: <<http://www.radicalizing-reformation.com/index.php/en/additional-languages/159-martinho-lutero-bartolemeo-de-las-casas-e-a-fe-dos-outros.html>>. Acesso em: 20 jun. 2016.